

O Jornal diário dos  
Ancepianos  
16 de outubro - 12horas

## EVENTO DO CPC SUBLINHA A IMPORTÂNCIA DA DISCUSSÃO EM TORNO DA ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS



"O Seminário, já tradicional na comunidade contábil, e realizado ontem, foi muito exitoso e reuniu cerca de 300 profissionais das mais diversas áreas para ouvir, discutir e debater temas relevantes sobre as normas contábeis brasileiras e internacionais, juntamente com reguladores nas suas diversas áreas de atuação", resume Edison Arisa (FOTO), sócio da PwC e Presidente da Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis, entidade que promoveu nessa segunda-feira (15) do **XV Seminário Internacional do CPC**.

Para Carlos Henrique Campos, Gerente de Controladoria da CBS Previdência e que representou a ANCEP no seminário, "o evento foi especialmente útil porque possibilitou uma discussão bastante abrangente, uma vez que se mostrou possível reunir as experiências e as visões do meio acadêmico, das associações representativas dos diferentes segmentos, das maiores auditorias, das empresas e dos órgãos reguladores". Carlos Henrique completa: "pudemos entender melhor tudo que diz respeito ao impacto da adoção das regras internacionais nos procedimentos aqui no Brasil". Enfim, segundo ele foi uma discussão das mais oportunas considerando o interesse que a Previc demonstra de tratar do tema.

Arisa relata também, especificamente sobre o painel 2, sobre o tema "IFRS/CPC no Brasil", foi possível ouvir o posicionamento e enfoque dos diversos reguladores (BACEN, SUSEP, ANEEL, CVM e CFC) quanto à adoção das IFRS no Brasil. Foi enfatizado pela CVM que o padrão IFRS foi adotado para todas as Companhias Abertas no Brasil por meio da adoção de pronunciamentos do CPC totalmente convergentes com as normas internacionais (cerca de 50 até os dias atuais).

Da mesma forma o CFC - Conselho Federal de Contabilidade, responsável pela fiscalização e registro dos contadores no Brasil, também aprovou todos os pronunciamentos emitidos pelo CPC e demonstrou sua atenção com o programa de educação continuada para os profissionais da área contábil, além de ações que estão sendo tomadas.

As empresas do setor elétrico, sob regulação da ANEEL, apresentam para fins gerais as suas demonstrações contábeis elaboradas de acordo com os pronunciamentos do CPC, aprovados pelo CFC e CVM. Não obstante, para atender suas necessidades de regulação do segmento, a ANEEL requer das entidades reguladas um balanço específico para fins regulatórios.

A SUSEP, reguladora para as empresas do ramo segurador, aprovou substancialmente todos os pronunciamentos do CPC aplicáveis e estuda a adoção do novo normativo internacional sobre seguros (IFRS 17) cuja adoção pelo IASB se dará em 2021. Destacou os desafios dessa adoção frente às necessidades da regulação prudencial do setor, haja visto que o pronunciamento altera de maneira profunda a atual forma de reconhecimento contábil dos contratos de seguros.

O BACEN - Banco Central do Brasil, por sua vez, destacou que já requer a adoção plena das IFRS nas demonstrações consolidadas para as Instituições financeiras de grande porte e apresentou o seu plano de redução de assimetrias, no que se refere às demonstrações individuais para os próximos anos, em especial em relação à IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que tem forte influência no balanço das instituições financeiras.

### Ancep debate com o CFC norma que trata da educação continuada

A ANCEP, através de seu Presidente, Roque Muniz, e dos Diretores Alessandro Brito e Luiz Felipe Dutra, estarão reunidos amanhã, dia 17, às 11 horas, com representantes do Conselho Federal de Contabilidade - CFC para apresentar considerações acerca dos itens da atual Norma Brasileira de Contabilidade - NBC PG 12 (R3), aquela que regulamenta o Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC) para os profissionais de contabilidade.

Na reunião serão também apresentadas ao CFC sugestões para o aperfeiçoamento da NBC PG 12 (R3), que encontra-se em audiência pública.

Para o aprimoramento dos normativos outras sugestões podem ser enviadas para o e-mail: [alessander.brito@gmail.com](mailto:alessander.brito@gmail.com) até o dia 19 de outubro de 2019.

## Projeto que endurece punições está na pauta do Senado

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 312/2016, que visa punir desvios de recursos de fundos de pensão, está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal, informam **AGÊNCIA SENADO** e o **SITE DA REVISTA INVESTIDOR INSTITUCIONAL**.

O PLS prevê penalidades conforme a Lei 7.492, aquela conhecida como "Lei do Colarinho Branco".

A proposta também tem como novidade o enquadramento criminal da facilitação à prática de gestão fraudulenta ou temerária. Prevê uma pena de dois a seis anos de reclusão e multa para os envolvidos nesses desvios. A Previc também deverá notificar o Ministério Público caso detecte algum indício de crime na área. Hoje, apenas o Banco Central (BC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) têm essa obrigação legal. O projeto foi elaborado pelo ex-senador José Aníbal e recebeu parecer favorável com duas emendas do relator, senador Garibaldi Alves Filho (MDB-RN).

## Invepar pode captar US\$ 500 milhões no exterior

A Invepar - ao dar a notícia o jornal não diz, mas a empresa tem fundos de pensão em seu controle - realiza nesta semana rodadas de reuniões com investidores para avaliar o interesse do mercado para novas emissões de papéis das companhias no exterior, informa o **VALOR ECONÔMICO**.

A empresa iniciará, na próxima quarta uma semana de reuniões com investidores nos Estados Unidos e Reino Unido. A companhia pretende levantar cerca de US\$ 500 milhões por meio de uma emissão de bônus para médio prazo, segundo apurou o Valor. Os papéis serão garantidos pela participação da empresa no MetrôRio e na Linha Amarela. Citi, Santander, BB Securities, Bradesco BBI and BTG Pactual participam da operação.

## Guedes costura reforma da previdência e regime de capitalização é aposta quase certa

A duas semanas do fim do segundo turno, com as pesquisas indicando Jair Bolsonaro (PSL) como favorito, o economista Paulo Guedes e sua equipe trabalham para definir alguns pontos ainda em aberto na agenda econômica, segundo pessoas próximas que falaram à **FOLHA DE S. PAULO** na condição de anonimato. A ambição do grupo é produzir uma ampla reforma fiscal. Numa analogia, o ponto de partida é o teto dos gastos, que será mantido e sob o qual serão colocados pilares que buscam cortar gastos. No caso da reforma da Previdência, a mais aguardada pelos especialistas em contas públicas, o compasso é de espera.

É certo que o programa vai incluir a adoção do sistema de capitalização —em que cada pessoa faz sua própria poupança para bancar a aposentadoria no futuro. Os demais detalhes estão em discussão. O trabalho dos irmãos Abraham e Arthur Weintraub é bem cotado, mas Guedes sinalizou ao economista Armínio Fraga que também avaliará a sua proposta. A título de contribuição ao debate sobre políticas públicas, Fraga organizou grupos para elaborar propostas sobre grandes temas. O especialista em Previdência Paulo Tafner está concluindo o trabalho nessa área. Medidas, mais arrojadas, dependem de costuras políticas.